



## SEÇÃO ARTIGOS

# Canudos e a mídia republicana de fim de século: os gestos de leitura de Euclides da Cunha e Machado de Assis

*Canudos and end-of-the-century republican media: The reading gestures of Euclides da Cunha and Machado de Assis*

*Canudos y los medios republicanos a finales del siglo: los gestos de lectura de Euclides da Cunha y Machado de Assis*

**Paula Regina Siega<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-6016-2445](https://orcid.org/0000-0002-6016-2445)  
[prsiega@uesc.br](mailto:prsiega@uesc.br)

**Maria Cláudia Bachion**

**Ceribeli<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0001-8764-7111](https://orcid.org/0000-0001-8764-7111)  
[maria.ceribeli@ifes.edu.br](mailto:maria.ceribeli@ifes.edu.br)

**Recebido em:** 16 ju. 2025.

**Aprovado em:** 16 jul. 2025.

**Publicado em:** 14 nov. 2025.

**Resumo:** O artigo retoma princípios norteadores da Estética da Recepção, objetivando destacar as ideias de leitura como processo criativo que depende da imaginação do leitor e de horizonte de expectativas como conjunto de referências prévias que orientam os sentidos atribuídos aos textos. Em seguida, aborda o ponto de vista de Chartier, crítico das teorias fenomenológicas e proponente das ideias de comunidades leitoras, paradigmas e gestos de leitura. Com base em tais referenciais teóricos, objetiva-se delinear o paradigma de leitura republicano e patriótico das comunidades letradas que se instruíam sobre Canudos através das notícias difundidas pela principal mídia de fins do século XIX: a imprensa e os telégrafos. Individuam-se, então, dois gestos de leitura sobre o movimento liderado por Antonio Conselheiro: o de Euclides da Cunha e o de Machado de Assis. Observa-se que enquanto o último, desconfiando do que lê, diverge dos paradigmas interpretativos da elite letrada, o primeiro se alinha a eles, reproduzindo muitos dos estereótipos atribuídos a Antonio Conselheiro e seus seguidores. Conclui-se que, em *Os sertões*, o paradigma de leitura republicano é desmentido pela experiência da realidade de Canudos, mas o paradigma de leitura cientificista é mantido como lente interpretativa para o fenômeno social testemunhado. Observa-se que o movimento popular liderado por Antonio Conselheiro foi decodificado por uma comunidade leitora urbana, com pouca ou nenhuma experiência da vida nos sertões, mas que ia formando um paradigma de leitura preconceituoso acerca do que ocorria nas partes desconhecidas do Brasil. Antes que o seu livro modificasse a percepção do que ocorria no sertão, todavia, o próprio Euclides compartilhou do horizonte das expectativas formadas pela camada urbana, letrada e patriota, acerca do que era entendido como rebelião monarquista contra a República.

**Palavras-chave:** teorias da leitura; comunidade leitora; imprensa e telégrafos; Antonio Conselheiro; Canudos.

**Abstract:** The article revisits guiding principles of Reception Aesthetics, aiming to highlight the ideas of reading as a creative process that depends on the reader's imagination and horizon of expectations as a set of previous references that guide the meanings attributed to texts. It then addresses Chartier's point of view, critical of phenomenological theories and proponent of the ideas of reading communities, paradigms and reading gestures. Based on such theoretical references, the aim was to outline the republican and patriotic reading paradigm of the literate communities that learned about Canudos through the news disseminated by the main media at the end of the 19th century: the press and telegraphs. We then identify two reading gestures about the movement led by Antonio Conselheiro: that of Euclides da Cunha and that of Machado de Assis. We observe that while the latter, distrusting what he reads, diverges from the interpretative paradigms of the literate elite, the former aligns itself with them, reproducing many of the



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil.

<sup>2</sup> Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Piúma, Espírito Santo, Brasil.

stereotypes attributed to Antonio Conselheiro and his followers. We conclude that, in *Os sertões*, the republican reading paradigm is contradicted by the experience of the reality of Canudos, but the scientificist reading paradigm is maintained as an interpretative lens for the social phenomenon witnessed. It is clear that the popular movement led by Antonio Conselheiro was decoded by an urban reading community, with little or no experience of life in the backlands, but which was forming a prejudiced reading paradigm about what was happening in the unknown parts of Brazil. Before his book changed the perception of what was happening in the backlands, however, Euclides himself shared the horizon of expectations formed by the urban, literate and patriotic class, about what was understood as a monarchist rebellion against the Republic.

**Keywords:** Reading Theories; Reading Community; Press and Telegraphs; Antonio Conselheiro; Canudos.

**Resumen:** Este artículo retoma los principios rectores de la Estética de la Recepción, con el objetivo de destacar las ideas de la lectura como un proceso creativo que depende de la imaginación del lector y del horizonte de expectativas como un conjunto de referencias previas que guían los significados atribuidos a los textos. A continuación, se aborda el punto de vista de Chartier, crítico de las teorías fenomenológicas y defensor de las ideas de comunidades lectoras, paradigmas y gestos de lectura. Con base en estas referencias teóricas, el objetivo es delinear el paradigma de lectura republicano y patriótico de las comunidades letradas que conocieron Canudos a través de las noticias difundidas por los principales medios de comunicación de finales del siglo XIX: la prensa escrita y el telégrafo. Se identifican entonces dos gestos de lectura respecto al movimiento liderado por Antonio Conselheiro: el de Euclides da Cunha y el de Machado de Assis. Se observa que mientras este último, desconfiando de lo que lee, se distancia de los paradigmas interpretativos de la élite letrada, el primero se alinea con ellos, reproduciendo muchos de los estereotipos atribuidos a Antonio Conselheiro y sus seguidores. Se concluye que, en *Os sertões*, el paradigma republicano de la lectura es refutado por la experiencia de la realidad de Canudos, pero el paradigma científico de la lectura se mantiene como lente interpretativa del fenómeno social observado. Es evidente que el movimiento popular liderado por Antonio Conselheiro fue decodificado por una comunidad de lectores urbanos, con poca o ninguna experiencia de la vida en el sertão, pero que estaba formando un paradigma de lectura prejuicioso sobre lo que ocurría en las regiones desconocidas de Brasil. Sin embargo, antes de que su libro cambiara la percepción de lo que ocurría en el sertão, el propio Euclides compartía las expectativas de la clase urbana, culta y patriota, sobre lo que se entendía como una rebelión monárquica contra la República.

**Palabras clave:** teorías de la lectura; comunidad lectora; prensa y telégrafos; Antonio Conselheiro; Canudos.

## Leitura como objeto de estudos literários e historiográficos

A Estética da Recepção, movimento teórico liderado por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser a partir dos anos 1960, vê na relação entre texto e leitor um evento dinâmico produzido por uma cadeia de transmissões, cujos elos formam uma tradição em que textos antigos são continuamente reapropriados através de atualizações, seleções e esquecimentos. A atividade da leitura, portanto, é um fenômeno criativo guiado pelo texto e completado pela faculdade imaginativa do leitor, capaz de reconstituir e atualizar sentidos. Enquanto Iser (1987) se ocupa do fenômeno individual da leitura, conceituado como "ato de leitura"<sup>3</sup>, Jauss se interessa pelas respostas do público a determinada obra, situando escritores, historiadores de literatura e críticos, em uma sucessão de leituras que ocasionam modificações internas às estruturas das obras literárias. Para Jauss (1988, 1994), as tradições não são passadas de gerações a gerações de forma espontaneamente evolutiva, mas são o produto de recepções que podem ensejar novas produções a partir das experiências leitoras.

Para Adolfo Sánchez Vázquez (2005), a visão fenomenológica da leitura, identificável sobretudo em Iser, possui um antecedente em Roman Ingarden, que, herdeiro da Fenomenologia de Husserl, vê na literatura a presença de unidades esquemáticas de representação insuficientes para abarcar a totalidade do objeto representado. Tal indeterminação demandaria do leitor a concretização mental daquilo que não está inteiramente dado pelo texto, resultando em recepções variáveis segundo as faculdades intelectivas dos leitores (Vázquez, 2005). Sobre a teoria jaussiana, em vez, é determinante a incidência da filosofia de Hans-Georg Gadamer (2004), especificamente a sua ideia de horizonte como campo visual que, em uma situação hermenêutica, é limitado pelos pré-conceitos históricos que carregamos conosco. Essa noção de horizonte é fundamental para a formulação do conceito de horizonte de expectativas jaussiano, sintetizável na ideia de um conjunto de referências que orientam o julga-

<sup>3</sup> Para Iser (1987), é no ato da leitura que o potencial semântico do texto é acionado pelo receptor, sem o qual o texto permaneceria um objeto destituído de significado.

mento crítico no momento da experiência estética (Jauss, 1994). Importante é também a ideia de fusão de horizontes – processo de compreensão que Gadamer (2004) entende como campo de intersecção entre presente e passado através da interpretação – e que Jauss transforma, na sua teoria sobre a leitura, na ideia de recepção como fusão do horizonte de expectativas do autor com o do seu público, através da experiência transformadora do contato com a obra de arte.

A perspectiva fenomenológica da leitura seria criticada pelo historiador Roger Chartier (2002), para o qual a materialidade textual das obras é indissociável da materialidade histórica dos sujeitos leitores, que não podem ser concebidos como entes abstratos. Em Chartier (1991), a atividade leitora passa a ser compreendida como prática cultural delimitada por circunstâncias específicas que ensejam práticas de significação através do encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor, expressão que retoma de Ricoeur (1984)<sup>4</sup>. Este, ao separar história e ficção, contrapõe a ideia de *representância*, o processo de significação do passado pelo presente, através da leitura de documentos históricos pelo historiador, à de *refiguração*, o processo de significação de um texto literário pelo leitor (Ricoeur, 2010). Assim como o passado só adquire sentido através da interpretação historiográfica operada pelo presente, a literatura só ganha sentido através da interpretação operada pelo leitor: ambas, *representância* e *refiguração*, são, portanto, condicionadas pelos horizontes históricos dos sujeitos (Ricoeur, 2010).

Em consonância com Ricoeur, Chartier (1991) formula a hipótese de que as múltiplas significações de um texto dependem dos meios materiais com os quais são recebidos por seus leitores. À ideia da leitura como construção de sentido delimitada historicamente, de forma plural e contraditória, Chartier (2002) dá o nome de "apropriação", falando em comunidades de leitores

e paradigmas de leitura para esclarecer que o leitor não é uma abstração que reagirá sempre do mesmo modo a determinado texto. Existem materialidades específicas a serem consideradas no estudo da prática cultural da leitura: o tipo de edição, o tipo de audiência, os paradigmas culturais (religiosos, científicos, etc.), que orientam a leitura e influenciam o sentido dado aos textos.

Para o estudioso, não existe uma relação transparente entre texto e leitor, pois nenhuma dessas instâncias é abstrata: as práticas com as quais o leitor se apropria do texto diferem histórica e socialmente umas das outras. Assim, a produção de sentido entre o leitor e o texto se dá na condição de relação móvel que varia de acordo com a modalidade da leitura empreendida: silenciosa, oral, religiosa, laica, comunitária, privada, letrada, popular, bem como a materialidade editorial do texto (edições econômicas, ilustradas, de luxo, etc.) (Chartier, 2002). As práticas compartilhadas de ler (segundo paradigmas sócio-histórico-culturais) orientam os "gestos individuais" de leitura que constroem, de forma diferenciada, as significações de um texto que, por vezes, podem contradizer o sentido prefigurado por escritores e editores através de estratégias formais para orientar a leitura (Chartier, 2002, p. 121)<sup>5</sup>.

Ao chamar em causa a Estética da Recepção, Chartier sublinha a lacuna deixada por ela ao não considerar a prática material da leitura, a materialidade do texto escrito e a diversidade entre os vários tipos de leitores. A leitura, demarca Chartier, não é um processo abstrato que se dá entre o texto e o leitor, de modo universal e homogêneo, mas é condicionada pelas características materiais dessa leitura (ou escuta). No espaço entre o texto e o leitor, colocam-se vários agentes históricos, inclusive o editor e o tipógrafo, produtores da realidade material do livro. Para o historiador, portanto, não existe um elo imediato entre autor e leitor, intermediado pelo texto como

<sup>4</sup> "Mundo do texto e mundo do leitor" é o título de um dos capítulos que compõem o terceiro volume de *Tempo e narrativa*, publicado por Ricoeur em 1984.

<sup>5</sup> Segundo Chartier (2002, p. 121), uma "sociologia histórica das práticas de leitura tem por objetivo identificar, para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler – as quais dão forma e sentido aos gestos individuais – e que coloca no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferencialmente construída uma significação".

entidade abstrata, mas um espaço ocupado por condições materiais de produção, circulação e recepção (Chartier, 1991).

O que nos parece essencial no pensamento de Chartier, em relação ao de Jauss, é a delimitação de uma zona de atrito entre o que seria o horizonte de expectativas contido no texto e as formas segundo as quais o leitor, com suas diversas competências, construirá os sentidos através da leitura, inclusive desviando-se das reações antecipadas durante a sua escrita ou produção material. Para Chartier (1991), de um lado, os dispositivos formais e materiais do texto constroem as expectativas do leitor visando às competências específicas da comunidade leitora pretendida; do outro, os objetos escritos podem circular entre públicos não antecipados pelas estratégias de produção, produzindo outras áreas sociais de recepção em que adquirem sentidos diversos dos esperados.

Enquanto Jauss (1994), com o conceito de "horizonte de expectativas", focalizava a sua atenção no próprio texto, investigando os modos com os quais o autor articula os modelos temáticos e formais próprios de cada gênero para confirmar ou superar as expectativas do público, Chartier (2002) joga o foco sobre as práticas leitoras, desenvolvendo a ideia de "paradigmas de leitura". Se o teórico e historiador da literatura propunha chegar ao horizonte de expectativas de uma época examinando a relação de um texto com outros que circulavam naquele mesmo período – *Dom Quixote* e os romances de cavalaria, por exemplo –, colocando-o em determinada posição em uma cadeia de recepções, o historiador cultural pretende chegar ao paradigma de leituras a partir dos vestígios deixados pelas práticas de recepção próprias de comunidades de leitores.

A ideia de paradigmas de leitura delineia de forma mais particularizada os diferentes tipos de leitores e os diferentes tipos de práticas de leituras possíveis, considerando as características do suporte material que sustenta o texto. Reconhecer os paradigmas de leitura que são praticados por comunidades de leitores significa desvendar os "gestos específicos" de

"cada maneira de ler", demonstrando os modos como cada texto foi compreendido e manejado (Chartier, 2002, p. 131). A dupla perspectiva de Chartier (nas práticas da leitura e nas estratégias de produção dos autores e editores), na assinalada tensão entre leitura e texto, integra a ideia de horizonte de expectativas – assimilada pelo autor como "aquilo que é contemporâneo ao seu leitor" (Chartier, 2002, p. 178) – próprio de cada gênero com a ideia de paradigma de leitura, específico de cada comunidade de leitores, em tempos variados. Os paradigmas de leitura, todavia, não obedecem necessariamente aos horizontes de expectativas antecipados pelas estratégias de escrita acionadas por autores ou editores: diversas comunidades responderão de formas variadas aos mesmos textos, construindo sentidos que se modificam de acordo com as próprias experiências de leitura e de vida. Em outras palavras, o leitor implícito – cujas reações são antecipadas por autor e editor – não coincide, necessariamente, com o leitor material de um texto; não existe, *a priori*, nem mesmo a coincidência entre o leitor implícito imaginado pelo escritor e o leitor implícito imaginado pelo editor (Chartier, 2002).

Um exemplo das contradições entre as significações almejadas no polo da produção e as construídas no da recepção são as leituras que deram base teórica às tentativas de explicação do fenômeno de Canudos por Euclides da Cunha. Em *Terra ignota: a construção de Os sertões*, Luiz Costa Lima (1997) retoma os textos fontes para a obra euclidiana, observando como ideias advindas da ciência praticada em contexto europeu foram lidas ou aplicadas de forma distorcida em contexto brasileiro. A ciência, para Euclides, é a totalidade de leis capaz de explicar e desvendar as falhas e exceções: "a ciência é o plano que contém e revela", e a preferência euclidiana pelas afirmações taxativas demonstra a incorporação de uma ordem absoluta, de uma legitimação inquestionável do discurso, formalizada em categorizações biológicas, psicológicas e sociais (Lima, 1997, p. 98-99).

Para discorrer sobre o estado psíquico de

Conselheiro, exemplifica Lima (1997), Euclides recorre ao psiquiatra Henry Maudsley para justificar a relação raça-crime-loucura na formação brasileira, sem que tal relação estivesse presente no pensamento do cientista inglês. Ao referir-se a Maudsley, o teórico brasileiro observa: "Pela importância que Euclides então lhe presta, cabe perguntar como ele o lê. Até que ponto sua leitura combina com o que expunha ou defendia o psiquiatra inglês?" (Lima, 1997, p. 102). Descontextualizado, o arsenal teórico é utilizado para entender uma realidade sem que o leitor Euclides se desse conta da insuficiência de tal instrumental para explicar o que ocorria, já que não tinha sido pensado para isso. A identificação geral da ciência com o determinismo, em fins do século XIX, é uma das razões do cientificismo euclidiano que pensa o meio com premissas teóricas que não serviam para explicar o que via, "mas que, afinal, sempre terminava por reiterar" (Lima, 1997, p. 108). Por outro lado, Euclides da Cunha foi capaz de romper com as leituras dominantes sobre o que ocorria em Canudos e que eram veiculadas pela principal mídia do final do século XIX, os jornais do litoral do país, responsáveis por guiar a opinião pública contra os revoltosos ao representá-los como uma ameaça para a República (Ferreira, 2021).

Enquanto Lima se ocupou das grandes obras e ideias que fundamentam a interpretação sociocultural d'*Os sertões* sobre Canudos, o estudo aqui proposto se concentra nas notícias que foram veiculadas a respeito do que ocorria sobre o movimento messiânico sertanejo, observando dois gestos de leitura individuais e contraditórios: o de Euclides da Cunha e o de Machado de Assis.

### Canudos na imprensa de fins do século XIX

Embora entendamos a complexidade das significações dadas ao termo "mídia", para este estudo consideraremos como tal os dois grandes meios de comunicação de massa em fins do século XIX no Brasil: a imprensa jornalística e o telégrafo – principais difusores de notícias sobre Canudos e grandes formadores da opinião públi-

ca dos centros urbanos sobre aquele movimento de insurreição popular. Walnice Nogueira Galvão (2019) afirma que, no século XIX, o jornal seria o mais eficaz meio de comunicação de massa brasileiro, e a concomitância do fortalecimento da imprensa com a rebelião de Canudos poderia explicar o relevo que esta adquiriu para a opinião pública. As notícias que chegavam, via telégrafo do sertão, para as zonas urbanas do litoral, por sua vez, eram os textos-fonte que alimentavam as notícias que circulariam nas páginas impressas dos periódicos.

No estudo sobre a *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré (1966) destaca a estreita relação entre o desenvolvimento da imprensa e a sustentação do poder, dada a conexão entre o controle dos meios de comunicação e a dominação de um segmento social sobre outros. Sob o domínio de Portugal, em 1706 e 1746, duas tentativas para a instalação de uma tipografia em terras brasileiras foram sufocadas pela Corte, temerosa da propagação de ideias contrárias aos seus interesses na colônia. Com a vinda da família real ao Brasil e a criação da Imprensa Régia, em maio de 1808, retirava-se a restrição à editoria local, mas mantinha-se o controle da coroa sobre o que podia ser publicado. O primeiro jornal a circular, em junho daquele ano, foi o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa diretamente da Inglaterra, já que era uma presença indesejada pela corte. O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado pela Imprensa Régia, foi lançado em setembro do mesmo ano. Em janeiro de 1813 foi a vez de *O Patriota*, fundado no Rio de Janeiro, e considerado pela historiografia como uma publicação cultural de alto nível dentre as edições da Imprensa Régia, ocupando-se também de literatura. No dia 1º de junho de 1821, estreou o *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro jornal de impressão diária, cujas características eram a ausência de temas políticos e a presença de preços de gêneros alimentícios, o que lhe rendeu "os apelidos de 'Diário do Vintém' e 'Diário da Manteiga'" (Sodré, 1966, p. 59).

Numa situação pós-independência e pré-republicana, a primeira fonte impressa sobre Antonio

Conselheiro é de "22 de novembro de 1874", quando *O Rabudo*, semanário sergipano editado na cidade de Estância, dá notícias acerca do beato que reunia multidões em torno de si (Calasans, 1997, p. 11). O texto coloca em evidência o corpo do místico sertanejo, destacando-lhe a falta de asseio e o forte poder persuasivo que fazia com que grupos deromeiros seguissem seus conselhos. Ao referir-se à mesma notícia, Walnice Nogueira Galvão (2002, p. 33) delinea a formação do imaginário letrado acerca do habitante dos sertões: fala-se do "tipo físico de sertanejo, barba e cabelo comprido, camisolão azul de brim, a aparência desmazelada, o carisma, as obras em andamento de restauração de uma capela e naturalmente o perigo para a ordem constituída". Como se esse ser humano pudesse ser definido a partir de um corpo, do qual a imagem visualizada era antecipada por uma imagem anteriormente delineada pelas informações difundidas sobre ele: tinham-no como um sujeito marginalizado e estranho, perigoso, que, por outro lado, seria exaltado pelos seus seguidores como um enviado divino capaz de conduzi-los a um modelo social em que todos serão iguais, livres e não haverá miséria, nem fome. O semanário levantava a suspeita de "haver o peregrino cometido algum crime, sendo a singularidade do seu modo de viver uma forma de penitência, senão um meio de fugir à ação da Justiça" (Calasans, 1997, p. 11-12).

Dois anos mais tarde, em 1876, Antonio Conselheiro foi preso e levado à capital baiana; depois, conduzido novamente ao Ceará por causa do boato acerca do crime cometido. As notícias sobre o beato ocuparam então os jornais "**Diário da Bahia** (27 de junho e 7 de julho), **Jornal da Bahia**, **Diário de Notícias** (6 e 7 de julho)" e, na capital do Império, em uma nota dada pela "**Folhinha Laemmerl**" (Calasans, 1997, p. 12-13). É plausível conjecturar que os leitores desses periódicos fossem atribuindo à figura do beato Conselheiro a aura de mistério e crime construída como estratégia para persuasão, pelo discurso jornalístico, para despertar o interesse (e aumentar as vendas

dos jornais) sobre a vida incomum do místico cearense. Fazendo parte dos cerca de 35% de alfabetizados no país, a comunidade de leitores de periódicos era reduzida comparativamente ao resto da população<sup>6</sup>. É possível, portanto, que, para a maioria dos leitores dos jornais, o paradigma de leitura fosse o de credulidade em relação às notícias que representavam o beato como foragido da justiça, potencialmente perigoso para a ordem pública.

Em "Canudos: a construção do medo", Consuelo Novais Sampaio (2001, p. 32-35) discorre sobre a estratégia de produzir temor, utilizada por "facções políticas" que disputavam poder em âmbito nacional, estadual e municipal, "pela Igreja Católica e pelo Exército", visando manter "o *status quo*", à base de divulgação, principalmente pelos jornais, de "notícias falsas e de boatos" sobre os conselheiristas. Os interesses particulares de grandes latifundiários, de políticos que desejavam manter-se no poder e no controle, ditando leis e eleições, estariam por trás da destruição de Canudos (Sampaio, 2001).

O movimento popular liderado por Antonio Conselheiro foi interpretado por uma comunidade leitora urbana, com pouca ou nenhuma experiência da vida nos sertões, mas que ia formando um paradigma de leitura preconceituoso acerca do que ocorria nas partes desconhecidas do Brasil. Euclides da Cunha era parte dessa comunidade e contribuiu de forma indelével para a fixação de um modo de "ler" o sertão, o sertanejo, o Nordeste, o movimento messiânico liderado pelo Conselheiro e a Guerra de Canudos (Siega; Ceribeli, 2023).

Antes que o seu livro modificasse a percepção do que ocorria no sertão, todavia, o próprio Euclides compartilhou do horizonte das expectativas formadas pela camada urbana, letrada e republicana, acerca do que era entendido como rebelião monarquista contra a nação. Luiz Costa Lima (1997, p. 23, p. 43) pontua o fato de que "Euclides da Cunha encarna[ss]e] o imaginário do intelectual brasileiro", e somente mais tarde, após

<sup>6</sup> Souza (1999) afirma que os primeiros censos sobre alfabetizados no Brasil são do início do século XX. Entre 1900 e 1920, a taxa de analfabetos no Brasil continuou a mesma: 65% da população.

a sua vivência em Canudos, passasse a demonstrar "claro arrependimento de seu republicanismo de há pouco", opondo-se corajosamente aos vencedores em *Os sertões*. Como explica Carla Costa (2017), a *intelligentsia* brasileira do período, majoritariamente republicana, enxergava Paris como um modelo de civilização, ao mesmo tempo que desconhecia profundamente a realidade do interior brasileiro. Era produtora e receptora, através da imprensa, de uma narrativa distorcida sobre os conselheiristas, retratando-os como monarquistas apoiados por países estrangeiros e conspiradores contra a República, valendo-se do termo "jagunço" ao descrever os habitantes de Belo Monte, para atribuir-lhes uma imagem de perigo e barbárie (Costa, 2017).

O movimento de Canudos vai ganhando destaque editorial à medida que as expedições militares enviadas para lá são derrotadas pelos sertanejos amotinados. Lembre-se que a primeira expedição se realizou em novembro de 1896, com uma tropa de 113 soldados, médicos e guias arregimentados na Bahia, e comandados por um tenente coronel: após emboscadas, a tropa foi obrigada a recuar. Logo em seguida, em janeiro de 1897, partiu a segunda expedição, comandada por um major, e com um total de 619 homens, entre soldados e oficiais baianos, que bateram em retirada após dois dias de combate. A terceira expedição foi organizada pelo governo federal, que reuniu 1.300 soldados sob o comando do coronel Antônio Moreira César: morto em combate no dia 4 de março, seu corpo permaneceu pendurado em uma árvore até ser resgatado pelos soldados. Mais uma vez as tropas recuaram, abandonando em campo armas que seriam de grande ajuda para os conselheiristas. Por parte do Exército, a derrota ocorrera não somente pela bravura dos combatentes, mas pelo desconhecimento das condições ambientais do sertão, com os soldados utilizando uniformes inadequados para o calor e de cores vivas que se sobressaíam na caatinga<sup>7</sup>.

Com os desastres das expedições militares, as notícias sobre Canudos inundaram as páginas

d'*O Estado de S. Paulo*, e, no Rio de Janeiro, de periódicos como o *Jornal do Brasil*, *A Notícia*, *O País*, *O Jornal do Comércio*, *A Gazeta de Notícias*, *República* e *Folha da Tarde*; em Salvador, circulavam no *Jornal de Notícias*, no *Correio de Notícias*, no *Diário da Bahia*, no *Diário de Notícias*, e n'*A Bahia*, dentre os mais importantes (Galvão, 2019).

Como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador eram os maiores centros urbanos, as matérias publicadas alcançavam número considerável de leitores e, após a derrota da terceira expedição, notícias fantasiosas e exageradas sobre os revoltosos que "ameaçavam" a república causaram comoção nacional (Galvão, 2019). No período, os principais periódicos do país enviaram correspondentes, muitos dos quais ex-militares, com uma cobertura que aumentou significativamente as tiragens dos jornais, especialmente em eventos como a morte do coronel Moreira César, com o Exército controlando a informação através da censura dos telegramas e reportagens (Costa, 2017).

Galvão (2019) comenta que as notícias a circular sobre a Guerra de Canudos adotavam, muitas vezes, o tom da galhofa, fazendo troça, por exemplo, do recrutamento forçado para a quarta expedição. Tais textos circulavam contemporaneamente a outros que tratavam a rebelião de forma sensacionalista, difundindo na opinião pública a convicção de que se tratava de um foco de luta organizada pelos inimigos da República. Tratava-se de matérias fantasiosas, que tinham como base

[...] conspirações criadas pelos jornais, com toda a cobertura jornalística possível, contando com repórteres que vão fazer investigações, com fontes de informações insuspeitas, porém secretas; os leitores são mantidos em suspenso ao longo de vários dias ou semanas, para ao fim não chegarem a saber qual é a verdade (Galvão, 2019, p. 63).

Num tempo em que o folhetim era o mais popular meio de entretenimento de massa, a técnica de manter o leitor em suspense até o próximo "capítulo" se afinava com as estratégias narrativas dos autores de romances famosos,

<sup>7</sup> A cronologia da Guerra de Canudos é disponibilizada pelo Museu da República, em Costa (2017).

delineando o paradigma das leituras do grande público leitor, que criava expectativas para o que viria a ser publicado em seguida<sup>8</sup>. As teorias conspiratórias alimentavam versões, como a do artigo publicado no *Estado de Minas*, em julho de 1897, em que se afirmava que Antonio Conselheiro possuía apoiadores na Europa; outro exemplo foi uma carta a João Abade publicada no recifense *A Cidade*: supostamente interceptada pelo correio baiano, a carta teria sido escrita por Antonio Conselheiro, com informações sobre financiamento internacional para a aquisição de armas (Galvão, 2019).

As coberturas locais eram acrescidas por informações que chegavam de jornalistas do exterior pelo telégrafo internacional, com “as últimas novidades da conjura em que se empenhavam três continentes em apoio a Antonio Conselheiro” (Galvão, 2019, p. 80). A imprensa ia alimentando, assim, o ódio dos leitores republicanos contra os sertanejos de Canudos, vistos como parte de uma conspiração antirrepublicana coordenada por pessoas poderosas e influentes que pretendiam restaurar a monarquia no Brasil.

Em junho, deu-se a derradeira expedição: 5.000 homens foram comandados por um general que, contando quase 1.000 baixas, solicitou reforços ao governo federal: em agosto, as tropas contavam com 10.000 soldados provenientes de batalhões de todo o país (Costa, 2017).

No dia 31 de julho, o presidente Prudente de Moraes nomeou Euclides da Cunha como adido ao Estado-Maior do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt; contemporaneamente, *O Estado de São Paulo*, nome com o qual *A Província de São Paulo* passara a circular desde 1889, convidou-o a cobrir o conflito. O jornalista embarcou-se para a Bahia em 3 de agosto, no mesmo navio em que viajava o ministro da Guerra, encarregado de planejar a estratégia de ataque a Canudos e resolver a carência de abastecimento e de atendimento médico para as tropas (Costa, 2017). Chegou a Monte Santo em 6 de setembro de 1897, e a Canudos uma semana depois, acom-

panhando a quarta expedição, ali permanecendo menos de um mês; regressou a Salvador antes do dia 5 de outubro de 1897, quando a povoação foi arrasada, segundo informações de Benício Medeiros (2009, p. 7).

Na *Caderneta de campo* que manteve nesse período, Euclides da Cunha (2009) registrava não somente o que via ao seu redor, mas também as fontes que consultava e pretendia utilizar na escrita do texto d'*Os sertões* (1902), a exemplo de Humboldt ou do *Jornal de Notícias*.

Antes de entrar em contato com “a terra”, o beato e os jagunços que figuram n'*Os sertões* (1902), Euclides teria tomado conhecimento da existência de Antonio Conselheiro por “olhos” como os do “coronel da Polícia baiana, Durval Vieira de Aguiar”, que reunira suas crônicas jornalísticas na antologia *Descrições práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações* (Calasans, 1997, p. 15). Nele, constavam comentários sobre relevo, educação, população, economia, alimentação, ações policiais, criminalidade, pontos fortes e fracos da região, tipos de lavoura e criações existentes, entre outros aspectos da região (Aguiar, 1979).

### Os gestos de leitura de Euclides da Cunha e Machado de Assis

A obra monumental de Euclides da Cunha viria a ser um marco literário, mas também jornalístico. Conforme Luiz Cláudio Ferreira (2021), *Os Sertões* é digno de mérito por contradizer as notícias falsas publicadas, sobretudo nos jornais do Sudeste e do Sul, que sugeriam que a revolta de Canudos era uma tentativa de restaurar a monarquia após a Proclamação da República. A narrativa euclidiana sistematizaria “definitivamente” uma representação do sertão que passaria a ser a do Nordeste, e que seria agenciada por obras artísticas posteriores ao texto euclidiano (literárias, de José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida; de pintores como Cícero Dias; de música, como as de Luiz Gonzaga; de

<sup>8</sup> Sobre a estrutura formal e a história do folhetim na Europa e no Brasil, ver Marlyse Meyer (1996).

um poeta como Manuel Bandeira) (Albuquerque Júnior, 2011, p. 134).

Em *História e interpretação de Os sertões*, Andrade (2002, p. 448) dirá que Euclides só conheceu Antonio Conselheiro quando ele foi desenterrado, então, "ele o 'viu' com os olhos do povo – mas como se fosse com os seus – em todos os lances da sua vida". A observação nos leva a refletir sobre a diferença entre aqueles "olhos", pertencentes a camponeses, em sua maioria analfabetos, e o olhar lançado sobre eles pela sociedade letrada dos centros urbanos. Especificamente, pela diferença entre o olhar da população sertaneja e o do intelectual Euclides da Cunha, que lia Taine, Renan, Maudsley, Frei Monte Marciano, entre tantos outros. Aqui, é interessante perceber o desnível entre a constatação da realidade de Canudos através da experiência em campo e o saber previamente acumulado sobre aquele evento através das leituras que formaram o paradigma interpretativo do autor de *Os sertões*. Esse desnível, ou tensão, pode ser percebido na oscilação do narrador entre dois polos: um que verifica o quão inócuo era o movimento para a ordem republicana, que testemunha a bravura e a força dos sertanejos, que sente empatia por aquele grupo de miseráveis, denunciando o crime cometido pelo Estado; outro que busca interpretar os fatos a partir de um arsenal teórico que utiliza como lentes para interpretar, de forma notavelmente distorcida, os dados da realidade que vivencia.

Para Galvão (2023), o narrador de *Os sertões* se apresenta de forma peculiar, intrometendo-se na história com tom conspícuo, e chamando em causa os autores e temas de seu cabedal teórico, formado por textos científicos para entender "A terra" e "O homem", e jornalísticos ou informativos para discorrer sobre "A luta", como notícias, livros, relatórios administrativos, instruções militares, anotações de sua caderneta de campo e as reportagens que ele próprio escreveu. Ferreira (2021) ressalta que as narrativas republicanas sobre Canudos fizeram com que o próprio Euclides da Cunha tivesse uma impressão equivocada acerca do que ocorria nos rincões do país.

O autor de *Os sertões* destaca que as notícias dos jornais da época apresentavam os fatos de acordo com os interesses de governadores, congressos e corporações municipais, alimentando na imaginação popular um discurso de vingança e desejo de esmagamento dos sertanejos amotinados, retratados como inimigos da República. Ele chega a mencionar os comentários surgidos de que os amotinados eram "tabaréus turbulentos" que não agiam isoladamente, mas compunham "ignotas falanges prontas a irromperem" contra "o novo regime", inclusive nas capitais, para promover a restauração monárquica (Cunha, 2019, p. 329).

Em mais de uma ocasião, aponta a manipulação dos fatos pelos jornais e por informações oficiais: "da zona de operações", eram enviados "[...] telegramas paradoxais e deploravelmente extravagantes. Calcavam-se numa norma única: - *Bandidos encurralados! Vitória certa! Dentro de dois dias estará em nosso poder a cidadela de Canudos! Fanáticos visivelmente abatidos!*" (Cunha, 2019, p. 427).

As notícias exageravam os "extraordinários recursos" de que pareciam dispor "os adversários", como a alegação de que soldados e armas estrangeiras estavam sendo enviados para apoiar os conselheiristas, que um grupo de "3.000 fanáticos" saíra de Itapicuru para Canudos, que centenas de quadrilheiros estavam se juntando aos revoltosos, de modo que, "desbordando de Canudos, a insurreição espalhava-se desta maneira pelos lados de um triângulo enorme, em que podiam inscrever-se cinquenta mil baionetas" (Cunha, 2019, p. 440-441).

Galvão (2019, p. 85) se refere à "representação ponderada" que "algumas vezes falando em nome do bom senso" escreviam e os jornais publicavam, mas estas "podem ser contadas nos dedos das mãos", dentre as quais destaca uma carta do Coronel Carlos Telles, transcrita pela autora, na qual o militar se recusa a endossar as mentiras a respeito de Canudos. Como destaca Galvão (2019), os correspondentes enviados pela imprensa tinham formação militar, preparada para o ataque ao inimigo, o que impunha um viés

nas narrativas produzidas e multiplicadas pelos jornais. Das reportagens, continua a estudiosa, emerge "que os correspondentes já sabiam o que informar quando foram para Canudos", repetindo chavões sobre a conspiração monarquista, sobre a natureza perversa dos jagunços e jargões patrióticos, até que, após a eliminação daquela comunidade, "a consciência letrada do país" acaba "reconhecendo os jagunços como compatriotas e a guerra como fratricida" (Galvão, 2019, p. 128).

Entre os gestos individuais de leitura discordantes sobre os fatos de Canudos, podemos incluir o de Machado de Assis. Em uma crônica de 22 de julho de 1894, intitulada "Canção de piratas", o escritor dava mostras de sua técnica compositiva a partir da sua postura de leitor desconfiado<sup>9</sup>. O bruxo do Cosme Velho não dava credibilidade às informações que circulavam sobre Canudos:

Telegrama da Bahia refere que o Conselheiro está em Canudos com 2.000 homens (dois mil homens) perfeitamente armados. [...] Pelas últimas notícias tinha já mandado um contingente a Alagoinhas. Temem-se no Pombal e outros lugares os seus assaltos. [...] Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papéis públicos (Assis, 1994).

Os motivos daquela que interpretava como pirataria romântica eram imputados à desobediência às convenções e restrições civilizatórias: aquela "legião de aventureiros" não suportava "o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma" (Assis, 1994). Identificando, de forma acertada, que, se saques havia, era por necessidade de sobrevivência, e não para ameaçar a ordem republicana, concluía que os seguidores do Conselheiro "[...] sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram a vida livre. A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos" (Assis, 1994).

Na crônica do dia 13 de setembro de 1896, Machado falava sobre um messias de nome Manuel da Benta Hora, e de como o governo, de forma resumida, num telegrama, dava ordem para prendê-lo, tolhendo-lhe o direito de fazer

profecias (Assis, 2024b). O escritor critica a ordem por considerar "a liberdade de profetar [...] igual à de escrever, imprimir, orar", e comenta que, no telegrama, não há informações sobre a "doutrina" pela qual era condenado à prisão Benta Hora, mas que o documento fazia menção a "outro profeta por nome Antonio Conselheiro", do qual se lembrava apenas tratar-se de "um oráculo" que "andou por ali" (Assis, 2024b, p. 314-315). Em dezembro do mesmo ano, pouco após a primeira expedição a Canudos, Machado comenta teorias sobre planos de Antonio Conselheiro, de guiar seus cerca de três mil seguidores ao Rio de Janeiro, para dominar o centro urbano e impor suas ideias antirrepublicanas. Novamente, o escritor desconfia do que lê, entendendo que, pela corrupção intrínseca aos centros povoados como o Rio de Janeiro, que impede qualquer organização, se o Conselheiro possuía tantos seguidores, o lugar para a sua seita "era lá mesmo no sertão, onde os bichos ainda não jogam nem são jogados; era no mais fechado, áspero e deserto que eu levantaria a minha cidade e a minha igreja" (Assis, 2024c, p. 401-403).

A leitura discordante de Machado de Assis (2024d), em relação ao fenômeno de Canudos, pode ser percebida também na crônica de 31 de janeiro de 1897, em que protesta contra a perseguição a Antonio Conselheiro e sua gente, indivíduos agora em torno de dez mil, além dos apoiadores que lhe forneciam dinheiro e comida. Machado assinala, ainda, a ausência de um relato imparcial sobre o evento: "Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, podia ir ao centro da seita nova e colher a verdade inteira sobre ela. Seria uma proeza americana" (Assis, 2024d, p. 452).

A fama do Conselheiro nos jornais que circulavam no Rio de Janeiro é traçada com precisão pela escrita machadiana, na crônica publicada em fevereiro de 1897, quando desenha a hipótese de que, ao "final" de Canudos, sua memória se

<sup>9</sup> Sobre a importância do leitor desconfiado para a estratégia narrativa de Machado, ver Siega e Vita (2024).

perpetuaria tanto na cultura letrada quanto na memória popular:

Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja nela um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada. Quem sabe? Talvez então algum devoto, relíquia dos Canudos, celebre o centenário desta finada seita (Assis, 2024a, p. 465).

O escritor inicia a crônica afirmando ter entendido o que significa ser celebridade quando, no Largo da Carioca, viu uma mulher simples perguntar ao jornaleiro por uma folha em que estivesse o retrato do “homem que briga lá fora” (Assis, 2024a, p. 463). A ironia do narrador machadiano contra o leitor, que maltrata sem piedade, é suficiente para descrever dois tipos de circulação da notícia, uma escrita e a outra oral, destinada a dois públicos diferentes: o homem letrado e a mulher analfabeta. A dimensão da fama do Conselheiro estaria, então, não na descrição por palavras, mas no retrato solicitado pela mulher do povo, para o qual já era lenda. Se o leitor não percebia que o homem que brigava lá fora era Antonio Conselheiro, era porque era mais obtuso do que parecia. Já a mulher:

[...] provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita aureola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é “esse homem que briga lá fora”. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antonio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais (Assis, 2024a, p. 463).

Tenhamos em mente, aqui, a atenção de Chartier às diferenças de sentido que podem ser produzidas pelas várias versões tipográficas de uma obra, provocadas por erros, acréscimos, censuras, aliterações, ilustrações, pelas características tipográficas das edições de luxo, econômicas, de bolso, etc. É na relação visual, figurativa com

o texto impresso, que ele distingue as práticas da “leitura popular” daquelas da “cultura letrada” (Chartier, 2002, p. 131), e que, de certa forma, é muito bem sintetizada pelo texto de Machado. Na memória dos anônimos, inscrevia-se, indelevel, a imagem do beato, para a qual a mulher analfabeta buscava o retrato impresso, e cuja dimensão era incomparável à de qualquer nome de letrado impresso nas ruas ou jornais. Fora a fama do beato que fizera os títulos brasileiros baixarem no mercado internacional, demonstração de que o poder que emanava daquele homem, aparentemente inculto, era maior do que o dos homens das letras das cidades:

[...] vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos. Habitante da cidade, podes ser conhecido de toda a rua do Ouvidor e seus arrabaldes, cansar os chapéus, as mãos, as bocas dos outros em saudações e elogios; com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua, não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão uma vila, uma pequena cidade, a que só falta uma folha, um teatro, um clube, uma polícia e sete ou oito roletas, para entrar nos almanaques (Assis, 2024a, p. 463).

Pode-se supor que, ante fama tão terrível e, ao mesmo tempo, tão grandiosa, não seria possível olhar o retrato de um corpo, já estigmatizado, sem que a imagem preconcebida sobre ele adulterasse o que fosse dado a ver numa folha de jornal.

### Considerações finais

Ao priorizar o processo de recepção de uma obra, a Estética da Recepção enfatiza a relação dinâmica entre texto e leitor, vista como um evento criativo em que sentidos são produzidos e atualizados. Enquanto Iser analisa o ato individual da leitura, Jauss investiga as respostas coletivas do público, destacando que as tradições literárias são moldadas por horizontes de expectativas que podem inspirar novas produções, que podem conformar-se ao horizonte vigente ou desmontá-lo passo por passo para superá-lo. Em oposição a seus predecessores, Roger Chartier critica a abordagem de estudiosos como Jauss e Iser por negligenciarem a materialidade histórica dos textos e dos leitores em prol de abstrações.

Para o francês, a leitura é uma prática cultural modulada por condições específicas, como suportes materiais e paradigmas socioculturais, que guiam os gestos individuais de leitura. O teórico desloca o foco para as práticas leitoras, propondo a noção de “paradigmas de leitura” para investigar como comunidades específicas atribuem sentidos a obras escritas, muitas vezes subvertendo intenções autorais. Desse ponto de vista, a realidade é a representação que dela fazem os diferentes grupos que a compõem contendo as marcas das identidades não dos grupos representados, mas dos grupos representantes: existe uma relação de força que garante a certos segmentos sociais o poder do discurso sobre si e sobre o outro. A realidade, portanto, é contraditoriamente construída pelas práticas de representação que a constituem, envolvendo a imposição de quem tem o poder de nominar, hierarquizar e categorizar.

Partindo dos pressupostos teóricos aqui sintetizados, pode-se pensar nos atos de escrita de Machado de Assis e de Euclides da Cunha sobre Canudos como gestos individuais de leitura de mundo. No que concerne ao discurso dominante sobre o evento messiânico sertanejo na imprensa brasileira de fins do século XIX, podemos dizer que Euclides da Cunha escreveu sobre o sertão e sobre a Guerra de Canudos a partir de um paradigma interpretativo fortemente calcado na cultura letrada de seu tempo, que escuta com espanto as notícias sobre os bárbaros messiânicos que se amotinam no interior. Outro viés interpretativo, mais aguçado e crítico, é dado pelas crônicas de Machado de Assis, que demarcam a pouca confiabilidade dos relatos que circulavam sobre o Conselheiro.

A partir d'*Os sertões*, as construções de sentido em torno do Nordeste passaram a contemplar predominantemente as descrições euclidianas sobre a realidade sertaneja, mantidas e atualizadas por outros autores do século XX, da geração de 30 a Josué de Castro (Siega; Ceribeli, 2023).

A despeito do ponto de vista determinista que a orienta, a obra euclidiana intenta denunciar os ataques do Estado aos amotinados como crime

de uma civilização que, ignorando as necessidades de sujeitos que viviam em condições de miséria, optou por destruí-los, dando-os a conhecer como inimigos da nação. Os gestos de leitura de Euclides da Cunha são, portanto, contraditórios: em um primeiro momento, o paradigma interpretativo é o da cultura letrada e republicana que exagera, difama e calunia a comunidade reunida em torno do Conselheiro. Uma vez em campo, esse paradigma cai por terra, e o jornalista pode perceber o viés que guiara a formação da opinião pública, manifestando-se contra ela. Todavia, mesmo a experiência de ver a realidade pelos próprios olhos não consegue superar paradigmas teóricos que baseiam a sua visão de processo civilizatório. Trata-se, como observou Lima (1997), de uma recepção distorcida de ideias e textos que foram produzidos e feitos circular em outros contextos, e dos quais se serve o intelectual para explicar, de forma insuficiente, o evento que acontecia sob os seus olhos. Em que pese a empatia que sentia pelos oprimidos, a Europa e suas fontes continuaram sendo o paradigma de uma interpretação enviesada do real, justificada por uma concepção determinista e evolucionista do mundo: o sertanejo era forte, mas não o suficiente para resistir ao criminoso avanço da civilização.

## Referências

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=IBM5AAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ViewAPI&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=IBM5AAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ViewAPI&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 3 out. 2024.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ASSIS, Machado de. A Semana – 236 (6 de dezembro de 1896). *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 7, n. 14, p. 401-406, jul./dez. 2024c. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/42342/28256>. Acesso em: 3 out. 2024.

ASSIS, Machado de. A Semana – 244 (31 de janeiro de 1897). *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 7, n. 14, p. 451-457, jul./dez. 2024d. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/42380/28279>. Acesso em: 3 out. 2024.

ASSIS, Machado de. A Semana- 224 (13 de setembro de 1896). *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 7, n. 14, p. 313-319, jul./dez. 2024b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/42167/28163>. Acesso em: 3 out. 2024.

ASSIS, Machado de. A Semana- 246 (14 de fevereiro de 1897). *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 7, n. 14, p. 463-468, jul./dez. 2024a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/42425/28284>. Acesso em: 3 out. 2024.

ASSIS, Machado de. A Semana. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa de Machado de Assis*, v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-chronica?start=12>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: Conselho Estadual de Cultura: EGBA, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010). Acesso em: 16 out. 2024.

COSTA, Carla. *Cronologia resumida da Guerra de Canudos*. Brasília: Museu da República, 2017. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/CronoCanudos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CUNHA, Euclides da. *Caderneta de campo*. Introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/caderneta-campo>. Acesso em: 3 out. 2024.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ubu Editora/Edições SESC São Paulo, 2019.

FERREIRA, Luiz Claudio. Euclides: Os sertões é marco do jornalismo. *Agência Brasil*, Brasília, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/euclides-os-sertoes-e-marco-do-jornalismo>. Acesso em: 1 out. 2024.

GADAMER, Hans-Georg. *Verità e metodo*. Milão: Bompiani, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha: polifonia e paixão*. Brasília: Instituto Guimarães Rosa; Fundação Alexandre de Gusmão, 2023. (Série Grandes Autores Brasileiros. Coleção Cultura e Diplomacia). Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1224>. Acesso em: 3 out. 2024.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª expedição)*. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco, 2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ISER, Wolfgang. *L'atto della lettura: Una teoria della risposta estetica*. Bolonha: Il Mulino, 1987.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. *Estetica della ricezione*. Nápoles: Guida, 1988.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MEDEIROS, Benício. Tijolos para uma catedral. In: CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Introdução, notas e comentários Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. p. 7-15. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/caderneta-campo>. Acesso em: 3 out. 2023.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RICOUER, Paul. *Time and narrative*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

RICOEUR, Paul. Mundo do texto e mundo do leitor. In: RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa 3: o tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes: 2010. p. 267-309. Originalmente publicado em 1984.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Canudos: a construção do medo. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 31-86.

SIEGA, Paula Regina; CERIBELI, Maria Cláudia Bachion. Literatura, violência e fome: pontos convergentes nas linhas d'Os sertões, d'A bagaceira, d'O quinze e Pedra bonita. *Revista Odisseia*, Rio Grande do Norte, v. 8, n. esp., p. 77-97, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1983-2435.2023v8nEspecialID31989>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SIEGA, Paula Regina; VITA, Maria Conceição. Um narrador indigno de confiança: Aires e a cordialidade branca em meio à escravidão. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-682120241711>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or404270/or404270.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf). Acesso em: 8 nov. 2024.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 169-186, jul. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3kYR-QNbwCYjwwVggsFnWYDC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *De la estética de la recepción a una estética de la participación*. Cidade do México: Universidade Autônoma do México, 2005.

## Paula Regina Siega

Doutora em Linguas, Culturas e Sociedades pela Universidade de Veneza (2011), com Mestrado e Graduação na área de Artes do Espetáculo e Produções de Múltiplos no Departamento de Conservação dos Bens Culturais da Universidade de Veneza. Professora assistente na Universidade Estadual de Santa Cruz (Bahia), onde atuou como professora visitante (2014-2024). Pós-doutora pela Universidade Federal do Espírito Santo, modalidade DCR-CNPq/FAPES (2012-14). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguagens e Representações da UESC e foi docente colaboradora/permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES (2012-2024). Atua nas linhas de pesquisa Literatura e Interfaces (UESC) e Poéticas da Antiguidade à Contemporaneidade (UFES). Interessa-se pelos seguintes temas: literatura brasileira; representações da antropofagia na literatura e artes brasileiras; representações de categorias sociais e étnicas na literatura brasileira; literatura, história e cultura; leitura e apropriação. Orientadora de mestrado e doutorado. Coordenadora do Núcleo Docente Estruturante do Colegiado de Letras, do qual é membro desde 2020. Coordenadora do Colegiado de Letras desde 2024 e membro do Consepe. Líder do grupo de Estudos Cãnone: Dissidências e Reexistências (UESC). Membro do grupo Núcleo de Estudos em Transculturação, Identidade e Reconhecimento (Ca' Foscari; UFES). Coordenadora do Laboratório de Memória e Cultura da UESC, contemplado pelo Edital MCTI/FINEP/FNDCT/Identidade Brasil – Recuperação e Preservação de Acervos 2024.

## Maria Cláudia Bachion Ceribeli

Doutora em Letras na área de concentração dos Estudos Literários, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2024). Mestrado em Letras na área de concentração dos Estudos Literários, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2019). Especialista em Ciências da Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e pela Università Ca' Foscari Venezia. Possui MBA em Comunicação e Marketing Empresarial pela Universidade de Rio Verde (FESURV) e Licenciatura Plena em Educação Artística pela Universidade de Franca (Unifran). Docente desde 1984, tendo atuado até 2004 na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, a partir de 2005, na Secretaria da Educação do Estado de Goiás, onde permaneceu até 2010. Entre 2011 e 2015, atuou como professora de Arte no Estado do Espírito Santo. Atualmente é professora efetiva de Arte no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), também como coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura do Campus Piúma entre 2016 e 2021. Áreas de interesse: Arte, Tradução intersemiótica, Literatura comparada, Literatura, Estudos literários, Estudos intermediários. Atualmente, é coordenadora do programa de extensão Núcleo de Arte e Cultura NAC do Ifes *campus* Piúma.

## Endereço para correspondência

### PAULA REGINA SIEGA

Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, 45662-900

Ilhéus, Bahia, Brasil

### MARIA CLÁUDIA BACHION CERIBELI

Rua Abel Castanho, 590, apto 605, Jardim Maily, 29285-000

Piúma, Espírito Santo, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*